

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 20201

(em reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

AGROENERGIA IVAÍ S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404, de 1976, e complementarmente pela Lei nº 10.406, de 2002, alterações posteriores, além das demais legislações aplicáveis, fundada em 30 de outubro de 2019, com sede na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná, tributada pelo Lucro Real, atua como produtora rural pessoa jurídica e tem como principais operações o cultivo de cana-de-açúcar, a comercialização de sementes e mudas, o plantio de eucalipto, a prestação de serviços de apoio à agricultura além do comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e instrumentos financeiros, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

c - Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos,

receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b - Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

3.3 - Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4 - Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com clientes e outras obrigações.

3.5 - Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.6 - Investimentos

Os investimentos permanentes são representados unicamente por participação não relevante no capital social de outras empresas, sendo avaliada ao custo de aquisição.

3.7 - Ativos mantidos para venda

São classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Para a Empresa, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra por possuir mercado ativo. Ativos mantidos para venda e passivos associados são mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.8 - Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Empresa. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na taxa fiscal. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

3.9 - Intangível

Softwares

Inclui o direito de uso de softwares, capitalizados com base no custo incorrido e amortizados de acordo com sua vida útil estimada em 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos

3.10 - Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.11 - Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.12 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Empresa e seus assessores jurídicos:

- **Ativos contingentes:** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.13 - Reconhecimento de receita

A receita é registrada com base no regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Empresa adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

3.14 - Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, ajustes a valor presente, descontos concedidos e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros sobre atraso de clientes, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias e cambiais líquidas.

3.15 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Observando a legislação específica o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos conta movimento	16.546	60.641
	16.546	60.641

As aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 05 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	2022	2021
Adiantamento a Parceiros	5.470.765	3.167.734
Adiantamento diversos		1.292
	5.470.765	3.169.028

NOTA 06 – ESTOQUES

	2022	2021
Cana soca	6.804.932	8.310.137
Lavoura de soja	408.881	214.922
Lavoura de sorgo	-	35.933
	7.213.813	8.560.992

NOTA 07 – DESPESAS ANTECIPADAS

	2022	2021
Seguro a apropriar	-	8.887
Outras despesas a apropriar	-	593.677
	-	602.564

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

	2022	2021
Participações em sociedades cooperativas	9.375	6.870
	9.375	6.870

NOTA 09 - BIOLÓGICO

Conta	2022			2021	
	Valor Original	Aquisições e Baixas	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Lavoura de cana	39.214.899	5.174.672	-	44.389.571	39.214.899
Lavoura de pinus	339.314	-	-	339.314	339.314
Lavoura de eucalipto	1.958.629	219.909	-	2.178.538	1.958.629
Lavoura de cana - arrendada	-	247.750	-	247.750	-
(-) Depreciação acum. – Arrend.	-	-	(49.551)	(49.551)	-
(-) AVP - arrendamento	-	(41.165)	-	(41.165)	-
(-) Exaustão acumulada	(19.714.947)	-	(6.897.661)	(26.612.608)	(19.714.947)
	21.797.895	5.601.167	(6.947.212)	20.451.851	21.797.895

NOTA 10 – FORNECEDORES

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores de materiais e insumos	16.391.455	13.714.742	10.000.000	17.500.000
Fornecedores de cana/muda	825.634	2.504.356	-	-
	21.890.465	16.219.099	10.000.000	17.500.000

NOTA 11 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2022	2021
Adiantamento de Clientes	801.445	569.038
	801.445	569.038

NOTA 12 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
Funrural a recolher	142.579	23.713
IRRF a recolher	6.715	2.249
	149.294	25.962

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2022	2021
Salários a pagar	14.118	12.908
FGTS a recolher	2.230	1.614
INSS a recolher	2.612	2.312
Provisão para férias	24.428	5.401
	43.388	22.235

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2022	2021	2022	2021
Arrendamento	49.550	-	148.650	-
(-) Juros a incorrer	(7.931)	-	(26.737)	-
Provisão de cana muda	416.372	292.986	-	-
Outras obrigações	98	130	-	-
	458.089	293.116	121.913	-

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa Agroenergia Ivaí S.A. perfaz o montante de R\$ 97.380,00 (noventa e sete mil e trezentos e oitenta reais), divididos em 97.380 (noventa e sete mil e trezentos e oitenta reais) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e totalmente integralizado, distribuídos da seguinte forma:

	2022			2021		
	Nº ações	R\$	%	Nº ações	R\$	%
Capital Social Integralizado	97.380	97.380	100,00%	100.000	100.000	100,00%
	97.380	97.380	100,00%	100.000	100.000	100,00%

NOTA 16 – RECEITA LÍQUIDA

	2022	2021
Venda de cana-de-açúcar	26.906.547	21.327.506
Venda de mudas de cana-de-açúcar	482.150	463.282
Venda de soja	250.509	-
Venda de sorgo	385.003	-
(-) Devolução de vendas	-	(127.001)
(-) Impostos incidentes sobre a venda	(480.519)	(339.182)
Venda de ativo imobilizado	-	461.821
Outras receitas	1.790	31
	27.545.481	21.786.457

NOTA 17 – CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS

	2022	2021
Material aplicado	8.258.058	6.381.796
Gastos gerais de produção	13.323.377	8.656.913
Custo dos produtos vendidos	26.798.985	20.561.400
(-) Transferência para o estoque	(21.581.436)	(15.038.709)
	26.798.985	20.561.400

NOTA 18 – DESPESAS COM PESSOAL

	2022	2021
Despesas com remunerações	203.283	71.627
Despesas com encargos trabalhistas	70.995	25.872
	274.277	97.499

NOTA 19 – DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Honorários	32.917	34.745
Locações de imóveis	42.000	42.000
Outras despesas operacionais	18.568	19.721
	93.485	96.466

NOTA 20 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros recebidos	44	-
Descontos auferidos	1.403	1
	1.447	1
Despesas financeiras		
Juros pagos	(228.877)	(74)
Descontos concedidos	(0)	(679)
Juros AVP arrendamento	(16.789)	-
Despesas bancárias	(2.680)	(2.305)
	(248.346)	(3.058)
	(246.899)	(3.057)

NOTA 21 – GESTÃO DE RISCOS

Os principais passivos financeiros da Empresa referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos, e débitos com clientes. Todos ligados diretamente as operações da Empresa.

A Empresa possui contas a receber, créditos com clientes e adiantamentos a fornecedores de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Empresa está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são adiante comentados:

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos

financeiros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Empresa, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A empresa declara que não aconteceram eventos relevantes durante o período subsequente ao encerramento das demonstrações contábeis. A análise foi realizada dentro do que determinam as características qualitativas e dos princípios contábeis editados pelo Conselho Federal de Contabilidade e em especial conforme recomenda a NBC TG 24, Resolução CFC n.º 1.184/2009.

Jandaia do Sul - PR, 24 de janeiro de 2023.

Fernando Fernandes Nardine

Presidente

Andréia Missassi de Moura

Contadora

CRC PR-061944/O-6